



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL REQUERIMENTO Nº ....., DE 2018. (DA SRA. TEREZA CRISTINA)

*Requer realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, para debater sobre a possibilidade de embargos, por parte da União Europeia, ao setor de proteína animal brasileiro.*

Requeiro que, nos termos regimentais, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada audiência pública para debater sobre a possibilidade de embargos, por parte da União Europeia, ao setor de proteína animal brasileiro, para tanto proponho convidar os senhores:

- Blairo Maggi – Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Rural;
- Aloysio Nunes Ferreira – Ministro das Relações Exteriores;
- Luís Rangel – Secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura;
- João Gomes Cravinho – Embaixador da delegação da União Europeia no Brasil;
- Joao Martins – Presidente da Confederação Nacional da Agricultura;
- Francisco Turra – Presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal.

#### JUSTIFICAÇÃO

Como amplamente divulgado nas ultimas semanas, o Brasil trava uma longa negociação com a União Europeia com respeito à possibilidade de embargo às exportações brasileira de proteína animal, principalmente as relativas ao setor avícola.

De acordo com o ministro da agricultura, Blairo Maggi, trata-se de guerra comercial da UE, onde o bloco aproveita para retirar nossas indústrias do mercado sob alegação de questões sanitárias, o que não é verdadeiro. A decisão de suspender parte das exportações de apenas três frigoríficos havia sido tomada pelo próprio MAPA depois que a Polícia Federal realizou operação envolvendo análises



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

laboratoriais que atendiam à BRF, mas deverá se estender a todos os estabelecimentos da empresa, por iniciativa da UE.

A preocupação com a presença de salmonella alegada no bloco não tem justificativa técnica, uma vez que é possível exportar cortes de frango in natura para os países da comunidade europeia, com proibição para apenas dois tipos da bactéria, desde que seja paga tarifa adicional de 1.024 euros por tonelada.

Destacamos também medidas adotadas pelo Ministério para retirar qualquer influência política e dar maior transparência aos processos de fiscalização de um ano para cá. O Secretário de Defesa Agropecuária do Mapa, Luís Rangel, informou que apesar da União Europeia ter aumentado para 100% a inspeção da carne de aves desde março do ano passado, o índice de alertas sobre a presença de salmonella está no mesmo nível de um ano atrás, quando apenas 20% da carga era avaliada.

Outro argumento que corrobora com o caráter comercial da questão é de uma vez que a carne de frango não é consumida crua, a presença de salmonella não implica em risco à saúde humana.

Controles sobre presença de salmonella nas carnes de aves são estabelecidos pelo MAPA desde 2003 seguindo padrões internacionais, mediante o Programa de Redução de Patógenos, Monitoramento Microbiológico e Controle de Salmonella em carcaças de frangos e perus.

Diante do exposto contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em 17 de abril de 2018.

---

**Deputada Tereza Cristina**